



# PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO FRANCÊS

Roberto de Oliveira Campos

*"No capitalismo os resultados são melhores que as intenções; no socialismo, as intenções são melhores que os resultados."*

Winston Churchill

O primeiro significado da vitória de Mitterrand é a rutura do imobilismo político francês. Imobilismo que resultava da falta de alternância. Porque a alternativa ao monopólio centrista do poder, quer na fase Gaullista quer na fase Giscardiana, era o extremismo de esquerda, tipificado por um partido comunista de dimensão inicialmente superior, e depois comparável, ao partido socialista. Tentativas frustradas de guinada para a esquerda têm ocorrido na França, com intervalos de aproximadamente um decênio — 1924, 1936, 1946, 1956, 1968 — até o sucesso de Mitterrand em 1981.

## A CARÊNCIA DE ALTERNATIVAS

Três coisas garantiram 23 anos — quase uma geração — de sobrevivência ao Gaullismo. Primeiro, o receio da captura do poder pelo comunismo francês, ideologicamente o mais rígido da Euro-

pa Ocidental. Segundo, o sistema de duplo escrutínio inventado por De Gaulle, que atende à necessidade psicológica dos franceses de primeiro votarem com raiva e depois com razão (*rage et raison*); o primeiro escrutínio desovava o protesto, o segundo, encorajava a reflexão. Terceiro, e mais remotamente, a memória da semi-anarquia econômica do Governo Léon Blum, da Frente Popular, na década dos trinta, quando a inflação passou de zero a 50% em cinco meses e o franco se desvalorizou em 35% ao fim de quatro meses.

É interessante notar a semelhança entre o imobilismo político francês e o italiano. Na península, os Democratas-Cristãos estão no governo praticamente desde a redemocratização após a II Guerra, com todas as moléstias características da longa permanência no poder: perda de criatividade, corrupção administrativa, fadiga sistêmica. O imobilismo político italiano também se explica pela carência

de alternativas aceitáveis. O Partido Comunista Italiano, com quase um terço do eleitorado, de muito supera os partidos Socialista e Republicano, ao contrário do que hoje está acontecendo na França onde os comunistas se tornaram parceiros minoritários dos socialistas, ensejando uma solução de centro-esquerda e não de esquerda radical.

Para o impasse italiano, pareceria assim só haver duas soluções. Ou uma ascensão socialista, que permitisse a Bettino Craxi — certamente um dos mais hábeis líderes do socialismo italiano — adquirir a independência frente aos comunistas que Mitterrand parece ter alcançado, ou uma improvável metamorfose do Euro-Comunismo que lhe desse credibilidade como partido independente, desvinculado da ortodoxia marxista e convertido ao pluralismo democrático. Berlinguer, o líder euro-comunista italiano, certamente terá percebido o dilema. Seu crescente esforço de independização (pelo menos retórica) em relação à União Soviética, facilitado aliás pela truculência desta última em relação ao Afeganistão e à Polónia, obedece ao propósito de emprestar credibilidade à tese de um "comunismo nacional", que aceitaria o rodízio democrático do poder e manteria o país na órbita ocidental, onde o ancoram a posição geopolítica, o sistema económico e as tradições culturais e religiosas.

A persistência de bolsões de "linha dura", desejosos de manter a ortodoxia marxista no Euro-Comunismo italiano (o mesmo sucede na Espanha) infirma a credibilidade dessa "inflexão para o centro". Assim, continua o imobilismo político italiano pela carência de alternativas confiáveis. Sucedem-se personalidades nos gabinetes, mas não há rodízio de comando partidário.

## O JULGAMENTO DO SETENATO

Os motivos imediatos do colapso Giscardiano são complexos e sua intensidade só pode ser medida após completadas as eleições para a Assembléia Legislativa. Em parte, terá sido a própria fadiga do Setenato (sem esquecer que Giscard já manipulava o poder como enarca financeiro desde a metade da década dos sessenta) e o receio de que um novo Setenato agravaria a atitude psicológica, pomposa e dinástica, que inconscientemente afetou a administração Giscardiana nos últimos tempos. Em parte, a natural dissatisfação provocada pela inflação e pelo desemprego (particularmente entre os jovens recém-votantes); em parte, o protesto de certas minorias, reduzidas mas articuladas, como ecologistas e os judeus. Mas importantes, uma discreta traição dos Gaullistas sob orientação de Chirac, cujo apoio a Giscard no segundo escrutínio foi relutante e tfoio.

Sob vários aspectos, notadamente o económico, o veredicto sobre o Setenato foi injusto. Pois a conjugação Giscard-Barre resultou num competente gerenciamento económico que se compara favoravelmente ao das outras grandes potências. Na tarefa de adaptação às duras crises do petróleo (1974/75 e 1979/80), nenhum país excedeu o Japão em termos de flexibilidade e velocidade de ajustamento. A Alemanha Ocidental superou brilhantemente o primeiro desafio mas está encontrando dificuldades na segunda adaptação — em virtude de elevadíssimos encargos sociais, perda de competitividade e insuficiente esforço de alternativas energéticas. A França reagiu mais lentamente ao primeiro desafio mas, no conjunto, apresentou um desempenho respeitável; logrou evitar recessões agudas e manteve taxa média de

crescimento superior à dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra.

Cabe distinguir entre o aspecto *conjuntural* e o *estrutural*. Conjunturalmente, a visão dos eleitores foi afetada por fatores visíveis e imediatos, dos quais três se afiguravam desfavoráveis, ao fim do Setenato: a inflação bidigital (12,5%), o nível de desemprego (1,7 milhão) e a percepção de que a França, apesar de seu dinamismo econômico no pós-guerra, continuava o país menos igualitário dentre as grandes potências. Isso fez esquecer que, afinal de contas, a inflação francesa, conquanto mais elevada que a da Alemanha, Estados Unidos e Japão, continuava inferior à da Inglaterra e Itália. O nível de desemprego, mais grave que na Alemanha e Japão, permaneceu entretanto mais tolerável que nos Estados Unidos, Inglaterra e Itália. E a taxa de crescimento médio foi a melhor entre a das grandes potências do OECD (sempre excetuado o Japão).

Estruturalmente, o panorama parecia muito mais favorável. Como pontos positivos citem-se a *modernização industrial*, com o surgimento de indústrias de ponta, como a nucleônica e a telemática; a *liberação competitiva*, pelo desmonte do tradicional dirigismo colbertista em favor de uma expansão da economia de mercado (redução de subsídios e eliminação dos controles de preços); a *abertura externa*, pelo surto de exportações, que fez da França o terceiro exportador do mundo, superando o Japão em 1979; um brilhante esforço de *substituição energética*, o mais vigoroso dentre os países da OEEC, através de ambicioso programa de eletricidade nuclear. No desenvolvimento nuclear energético, a França logrou superar duas barreiras. De um lado, a inibição ecológica, que perturbou os programas dos Estados

Unidos, Alemanha e Japão. De outro, a vaidade tecnológica, que aprisionou a Inglaterra a seu próprio desenho de reator a gás, o qual nunca se tornou comercializável. Em matéria de nucleônica civil a França tomou quatro decisões corretas e oportunas: (1) abandonar prontamente os reatores de urânio natural, quando o sistema americano de urânio enriquecido se provou mais econômico; (2) comprar tecnologia americana provada e comercializável (como também o fez a Alemanha), baseada em reatores de água pressurizada; (3) coordenar estreitamente a nucleônica civil com a militar, de modo a descarregar sobre esta parte dos custos de pesquisa e desenvolvimento; (4) lançar-se no mercado de exportação, a fim de reduzir custos unitários de fabricação. O resultado foi que hoje o quilowatt/hora nuclear é na França o mais barato: 16 centimos, contra 30 centimos para as termoelétricas de carvão e 54 para as de petróleo. (Essa situação é precisamente a inversa do Brasil, onde o quilowatt nuclear é provavelmente o mais caro, dadas as favoráveis condições hidroelétricas; donde a justificativa do programa nuclear brasileiro assentar mais na absorção tecnológica do que no rendimento energético.)

## A EUFORIA SOCIALISTA

A ênfase humana e distributivista do programa de Mitterrand provocou temporária euforia. Mas é importante que o sentimento de liberdade e igualdade não se divorcie da realidade. Sem esquecer a substancial melhoria da renda média e o progresso feito na assistência social e na redução de disparidades salariais, a tônica do Setenato fora essencialmente *produtivista* — expansão econômica e produtividade. Mitterrand traz uma opção

essencialmente *distributivista*. E fá-lo precisamente num momento em que o mundo anglo-saxão — Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, p.e. — regressa a uma filosofia produtivista, verberando os exageros do "Estado Assistencial" as distorções do "intervencionismo estatal" e os abusos do poder sindical. Mesmo nas Sócio-democracias aparentemente bem sucedidas, como a Alemanha, Suécia e Holanda, os encargos sociais excessivos são hoje encarados como inibidores do dinamismo económico e redutores de competitividade.

Buscando esperanças onde outros encontraram desilusões, os socialistas franceses fazem contramarcha na lenta luta de Barre e Giscard contra as tradições dirigistas do país. O programa se declara não coletivista, mas reentroniza a planificação e insiste no cumprimento do "programa seletivo de nacionalização de empresas", acobertado por cansados eufemismos como "reestruturação industrial", ou slogans atraentes como "extensão e democratização do setor público industrial".

A revista londrina "The Economist" diz com maldisfarçada ironia que do seu empuxe de nacionalização de empresas "os socialistas franceses esperam grandes coisas enquanto que o resto do mundo industrializado aprendeu penosamente e disso espera o pior".

As "medidas de solidariedade" de Mitterrand têm bastante semelhança com o pacote populista que há 45 anos, em 7 de junho de 1936, Léon Blum anunciava através do Acordo de Matignon, que contemplava uma alta média de salários de 12%, a redução da jornada de trabalho de 48 para 42 horas, a introdução das férias pagas, a nacionalização de empresas e o lançamento de obras públicas.

Há entretanto diferenças importantes. O nível de informação económica da equipe de Mitterrand — onde se contam administradores prudentiais como Mauroy e Delors — é vastamente superior. Um aspecto importante é o desenvolvimento no pós-guerra dos tecnocratas do tipo Enarca (graduados da Escola Nacional de Administração) ou do tipo politécnico (da Escola Politécnica). Eles estabelecem uma ponte administrativa entre Gaullistas e Socialistas (o líder socialista Michel Rocard, por exemplo, é um enarca como Giscard d'Estaing) e, talvez mais importante ainda, entre as empresas nacionalizadas e os grandes complexos industriais privados, em cuja diretoria figuram numerosos "énarques" e "polytechniciens".

A preocupação antiinflacionária e cambial foi visível na montagem das "medidas de solidariedade", o que tornará improvável uma repetição do fracasso da "abertura de esquerda" da Frente Popular em 1936, quando em poucos meses preços estáveis ou cadentes subiram de 50% e o franco experimentou dramática desvalorização.

No pacote Mitterrand, alacremamente acolhido como uma tardia correção de "bolsões de pobreza" numa sociedade enriquecida e igualitária, figuram *inter alia*, um aumento do salário mínimo (10%), do salário-família (25%), a criação imediata de 54.000 empregos no serviço público (eventualmente 210.000) e o lançamento de um programa de assistência à indústria. Estaria ainda em discussão a redução da jornada de trabalho para 35 horas, a extensão de férias pagas para 5 semanas, a cessação das despedidas nas indústrias mecânica e automobilística. É de se prever que a nacionalização das empresas venha a ser

essencialmente *distributivista*. E fá-lo precisamente num momento em que o mundo anglo-saxão — Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, p.e. — regressa a uma filosofia produtivista, verberando os exageros do "Estado Assistencial" as distorções do "intervencionismo estatal" e os abusos do poder sindical. Mesmo nas Sócio-democracias aparentemente bem sucedidas, como a Alemanha, Suécia e Holanda, os encargos sociais excessivos são hoje encarados como inibidores do dinamismo econômico e redutores de competitividade.

Buscando esperanças onde outros encontraram desilusões, os socialistas franceses fazem contramarcha na lenta luta de Barre e Giscard contra as tradições dirigistas do país. O programa se declara não coletivista, mas reentroniza a planificação e insiste no cumprimento do "programa seletivo de nacionalização de empresas", acobertado por cansados eufemismos como "reestruturação industrial", ou slogans atraentes como "extensão e democratização do setor público industrial".

A revista londrina "The Economist" diz com maldisfarçada ironia que do seu empuxe de nacionalização de empresas "os socialistas franceses esperam grandes coisas enquanto que o resto do mundo industrializado aprendeu penosamente e disso espera o pior".

As "medidas de solidariedade" de Mitterrand têm bastante semelhança com o pacote populista que há 45 anos, em 7 de junho de 1936, Léon Blum anunciava através do Acordo de Matignon, que contemplava uma alta média de salários de 12%, a redução da jornada de trabalho de 48 para 42 horas, a introdução das férias pagas, a nacionalização de empresas e o lançamento de obras públicas.

Há entretanto diferenças importantes. O nível de informação econômica da equipe de Mitterrand — onde se contam administradores prudentiais como Mauroy e Delors — é vastamente superior. Um aspecto importante é o desenvolvimento no pós-guerra dos tecnocratas do tipo Enarca (graduados da Escola Nacional de Administração) ou do tipo politécnico (da Escola Politécnica). Eles estabelecem uma ponte administrativa entre Gaullistas e Socialistas (o líder socialista Michel Rocard, por exemplo, é um enarca como Giscard d'Estaing) e, talvez mais importante ainda, entre as empresas nacionalizadas e os grandes complexos industriais privados, em cuja diretoria figuram numerosos "énarques" e "polytechniciens".

A preocupação antiinflacionária e cambial foi visível na montagem das "medidas de solidariedade", o que tornará improvável uma repetição do fracasso da "abertura de esquerda" da Frente Popular em 1936, quando em poucos meses preços estáveis ou cadentes subiram de 50% e o franco experimentou dramática desvalorização.

No pacote Mitterrand, alacrememente acolhido como uma tardia correção de "bolsões de pobreza" numa sociedade enriquecida e igualitária, figuram *inter alia*, um aumento do salário mínimo (10%), do salário-família (25%), a criação imediata de 54.000 empregos no serviço público (eventualmente 210.000) e o lançamento de um programa de assistência à indústria. Estaria ainda em discussão a redução da jornada de trabalho para 35 horas, a extensão de férias pagas para 5 semanas, a cessação das despedidas nas indústrias mecânica e automobilística. É de se prever que a nacionalização das empresas venha a ser

um instrumento usado para facilitar a retenção de mão-de-obra sobran-te.

O impacto do pacote que marca a transição do produtivismo para o distributivismo pode ser analisado sob três ângulos — o *social*, o *inflacionário* e o *competitivo*. O atrativo social das "medidas de solidariedade" é inquestionável. O problema está na sua dosagem e na forma de financiamento. A lição da Inglaterra é clara. Foi o primeiro dos grandes países europeus a inaugurar o "Welfare State", mas errou na dosagem, criando excessivo poder sindical e insuficientes incentivos empresariais. De primeiro país europeu em termos de renda *per capita* antes da guerra, está hoje em 9º ou 10º lugar. Não tendo crescido o bolo, por falta de dinamismo econômico, tanto o nível real de salários como de benefícios sociais é inferior ao da Alemanha, França e Benelux, que começaram o pós-guerra como países muito mais pobres.

Sob o ângulo inflacionário, a dupla Mauroy-Delors, Primeiro-Ministro e Ministro da Economia, respectivamente, tem procurado moderar ambições e buscar fontes de financiamento não inflacionário, de modo a confinar o déficit fiscal a pouco mais de 1,5% do Produto Nacional Bruto, nível aceitável em comparação a outros países europeus. Além da utilização de reservas orçamentárias deixadas por Barre, recorrer-se-ia à taxa-ção redistributiva "à la Robin Hood", com uma sobretaxa sobre os grandes contribuintes, e um imposto sobre lucros extraordinários de bancos e companhias de petróleo. Além disso, praticando um *supply-side economics* equivalente ao de Reagan, com sinal trocado, os socialistas franceses esperam que a ativação da economia, resultante do pacote, gere receitas para financiá-lo. Acentuam

os encares de Mitterrand, para acalmar os conservadores, que se trata de uma reativação "modesta", contemplando-se apenas que o PNB este ano cresça de 1% ao invés do crescimento negativo de 0,5%.

A despeito de bravas intenções, um apreciável efeito inflacionário parece inevitável por três motivos. Primeiro, a provável defasagem entre o dispêndio imediato de benefícios e a coleta dos novos impostos. Segundo, o efeito-emulação pois que os eleitos da classe média pressionarão para participar dos benefícios. Terceiro, o impacto dessas medidas sobre as expectativas, tanto mais quanto o socialismo insiste em acentuar a primazia dos objetivos sociais sobre as limitações econômicas. Fator psicológico importante será a presença ou não de ministros comunistas no governo; felizmente, Mitterrand terá maioria legislativa suficiente para governar sem eles, mas a influência poderosa do Partido sobre os sindicatos talvez o leve a negociar a paz sindical em troca de Pastas menores no governo. Quarto, o provável dilema cambial. Se a inflação se elevar, como prevêem os banqueiros europeus, do presente nível de 12,7% para 16% na média do ano, e 20% no final do ano, seriam inevitáveis ou uma desvalorização cambial, de efeitos inflacionários, ou uma elevação abrupta da taxa de juros. Já nestas poucas semanas a sustentação do franco exigiu o consumo de 7 bilhões de dólares de reservas e a elevação da taxa de juros de 12,25% em janeiro, para 17%, nível provavelmente insuficiente, para evitar novas desvalorizações. Arrisca-se assim a França a cair na espiral viciosa de inflação-desvalorização, em que no Brasil nos debatemos.

Outro importante aspecto é o *competitivo*, numa economia interligada pelo

Mercado Comum. Uma decisão que eleva o custo de mão-de-obra, como a semana de 35 horas, tem que ser medida em função de possível perda de competitividade face aos competidores externos, o que traria nova pressão em favor da desvalorização.

No balanço, a transição socialista teve a vantagem *política* de romper o imobilismo; e a vantagem *social* de atacar certas desigualdades gritantes da estrutura social francesa. Sob o ponto-de-vista econômico, as perspectivas são complexas e duvidosas. As nacionalizações de empresas trarão um custo de desapropriação, sem nenhum benefício de produtividade. Se alguma coisa a experiência revelou, é que existe uma correlação entre o intervencionismo estatal e a propensão inflacionista. Os países que melhor se protegeram da inflação — Alemanha, Japão e Suíça — são precisamente aqueles onde o setor operacionalmente controlado pelo Estado é menor. O financiamento dos novos encargos assistenciais pode acender expectativas inflacionárias. A tributação à la Robin Hood, se não dosada cuidadosamente, pode trazer desincentivos ao dinamismo gerencial.

### AS AMBIGUIDADES FORÇADAS

Os pronunciamentos de campanha e o programa socialista condenarão Mitterrand, no atual contexto francês, a penosas ambigüidades. Eisenhower falou, ao despedir-se, nas injunções do complexo-industrial e militar. Mas é na França de hoje, antes que nos Estados Unidos, que a expressão tem vigência. Será que o propósito ético de Mitterrand, comparável ao do neófito Carter, de não vender armas a países fascistas, racialistas ou politicamente instáveis, é compatível com a preservação de empre-

go e da receita cambial de vasta indústria de armamentos, agora que a França se tornou o terceiro *marchand de canons* mundial, com uma indústria que ocupa 280 mil pessoas e exporta 5 bilhões de dólares por ano? Já no primeiro teste, as preocupações éticas passaram a um plano secundário, em nome do cumprimento de compromissos assinados.

Apesar da suspicácia inicial, as relações com os Estados Unidos apresentarão dificuldades mais periféricas do que centrais. Curiosamente, Mitterrand sempre adotou uma posição mais *atlanticista* que a do Gaullismo tradicional. Sua oposição à postura soviética no Afeganistão e na Polônia, sua condenação à alteração de balanço de poder europeu pela instalação dos SS-20 soviéticos, seu apoio à implantação na Europa de mísseis americanos nucleares de contrapeso aos balísticos regionais soviéticos — foram atitudes mais claras e vigorosas que as do Giscardismo. Em viagem a Washington, o Ministro do Exterior, Cheysson, chegou mesmo a criticar a "imensa fadiga do neutralismo europeu". No tocante ao Oriente Médio, a intenção de "Mitterrand-candidato" de corrigir a tendenciosidade pró-árabe é infirmada pela dependência petrolífera da França, pela importância dos mercados árabes para a indústria militar, e mais recentemente pelo golpe assadado por Israel contra os reatores iraquianos de fabricação francesa.

No tocante à América Central e África, os Estados Unidos se defrontarão provavelmente com um comportamento do socialismo francês diametralmente oposto ao que desejariam. Gostariam de ver uma França abstencionista no que diz com a América Central, e intervencionista no respeitante à África, onde Giscard vinha desempenhando um papel

de "gendarme ocidental", em relação, por exemplo, ao Zaire e ao Chad. Os socialistas franceses parecem simpatizar com a tese das democracias sociais europeias de que a crise centro-americana tem raízes sócio-políticas e que o intervencionismo americano numa área geopoliticamente marginal só faz enfraquecer o "caso" ocidental contra o intervencionismo soviético no Afeganistão e na Polônia. Haverá também menos inclinação para transformar a França em garantidora da posição ocidental nos instáveis regimes africanos.

Outra ambivalência residirá na questão de energia nuclear. Estranhamente a crítica socialista poupa a "force de frappe" e incide mais sobre o programa de termoelétricas nucleares que, se executado, faria com que a energia nuclear respondesse em 1990 por 75% da geração de eletricidade e 30% do consumo total de energia. Em resposta a preocupações ecológicas foram temporariamente suspensos os trabalhos das grandes centrais nucleares de Plogoff, destinadas a corrigir o déficit energético da Bretanha. Fala-se em "mudança de ênfase", com o ressurgimento do interesse em termoelétricas de carvão. Há poucas dúvidas de que a pausa seja apenas temporária, sem interrupção séria do programa nuclear francês. Primeiro, o custo do quilowatt/hora carbonífero é atualmente, nas condições francesas, quase o dobro do custo do quilowatt nuclear. Segundo, as termoelétricas de carvão estão longe de ser ecologicamente atrativas. Calcula-se, p.ex., que para substituir as quatro usinas nucleares de Plogoff (cada uma com 1.300 megawatts), por termoelétricas de carvão situadas em Brest, a paisagem seria desfigurada por 4 chaminés com 250 metros de altura, que lançariam por ano na atmosfera 32 milhões

de metros cúbicos de gás carbônico, 1,6 tonelada de cinzas e 24.000 toneladas de fuligem!...

É de se esperar do socialismo francês maior interesse em problemas do Terceiro Mundo e uma atitude menos imperial dentro da Comunidade Econômica Européia, tanto mais quanto o atual Ministro do Exterior, Claude Cheysson, era encarregado das relações externas comunitárias. Cheysson é considerado um dos autores da Convenção de Lomé, familiarizando-se portanto com problemas do Terceiro Mundo. Resta saber se a política socialista escapará à tradicional ambivalência francesa na matéria. Declarações retóricas generosas, seguidas de um cru pragmatismo. A simpatia terceiro-mundista da França tem sido essencialmente *seletiva* — isto é, visa a singularizar para benefícios especiais não necessariamente os países mais pobres, e sim os de antiga vinculação colonial ou especial liame político. Exemplo disso é o próprio acordo de Lomé, que exclui a Ásia e América Latina, tipificando um caso de "liberalização discriminatória".

Em princípio mais favorável que os países anglo-saxões e Alemanha a acordos sobre produtos de base, em nome da "ordenação de mercados" a França é, de outro lado, um dos países mais sofisticadamente protecionistas em relação a manufaturas do Terceiro Mundo — tecidos, calçados, eletrônica leve, máquinas de costura — para não falar no protecionismo agrícola resultante das subvenções ao açúcar e carne, que nos restringem o acesso ao mercado europeu. As palavras serão mais generosas, mas é possível que a realidade continue mesquinha.

Os próximos meses decidirão se o socialismo francês evoluirá no sentido das sócio-democracias, viabilizando-se segundo o estilo alemão, holandês ou es-

candinavo, ou se embarcará numa experiência de "redistributivismo heróico", associada a irrealismo econômico. Este último desfecho é a *nemesis* das esquerdas e é tão mais rápido quanto maior o grau de radicalização. A seqüência é assaz conhecida. Aconteceu na própria França em 1936, e mais recentemente no Brasil em 1963, no Chile em 1973, em Portugal em 1975. As boas intenções retributivas agravam a inflação por uma série de condutos — aquecimento da demanda, elevação de custos, déficits e expansão monetária, desvalorização

cambial. As categorias sociais não beneficiadas — a pequena burguesia, os operários qualificados e os profissionais da classe média — gradualmente se distanciam das esquerdas, seja por destronamento eleitoral, seja por rutura mais violenta. A equipe de Mitterrand parece suficientemente realista e tecnicamente competente para temperar o distributivismo heróico com uma dose de produtivismo burguês. Se não o fizerem, confirmarão a profecia de Churchill, segundo a qual no socialismo as intenções são melhores que os resultados...

(Transcrito do "Jornal do Brasil" de 22.6.81)



O professor e economista Roberto de Oliveira Campos é Embaixador do Brasil em Londres. Foi Ministro do Planejamento e da Coordenação Geral, no Governo Castello Branco, de 1964 a 1967. Entre seus livros publicados contam-se "Reflexões Sobre o Desenvolvimento Latino-Americano", "O Papel da Iniciativa Privada", "Ensaio Contra a Maré", "Temas e Sistemas" e "Ensaio de História Econômica e de Sociologia".